

## Revisão do livro

### Uma nova democracia para o Século XXI

Joaquín Brugué, Simone Martins y Carmen Pineda (org)

Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS). 2020. 331 pp.

A democracia entendida como forma de organização da sociedade ou como regime de governo tem aspectos centrais que vão da defesa e preservação de direitos, à participação nas decisões sobre seus rumos, à possibilidade de escolha de representantes, à luta contra desigualdades, contra exclusões e contra privilégios. Sobretudo, uma democracia múltipla, variando segundo o tempo e o lugar, em transformação permanente, defendida e criticada, conquistada ou derrotada. O livro aqui abordado percorre a trajetória da democracia ao longo das últimas décadas, com análises e discussões a partir de pesquisas dos autores reunidos na iniciativa de prescrutar a democracia para o século XXI, em dois diferentes continentes, com o propósito de buscar certezas ainda que o momento seja de dificuldades para a sociedade em vista dos graves problemas sanitários ademais de políticos, econômicos e sociais.

Diante desse panorama, parece necessário um levantamento do que queremos da democracia no período pós-pandemia – se vamos manter como tem sido até agora ou se aproveitamos a situação para melhorar sua qualidade. Se possível nos dois continentes onde este livro está ambientado, embora os temas sejam válidos para outros países. A dupla nacionalidade do livro aparece desde a origem dos organizadores - Joaquin Brugué Torruella (Espanha), Carmen Pineda Nebot (Espanha) e Simone Martins (Brasil) – e se explicita nos 20 capítulos elaborados por 29 acadêmicos brasileiros e espanhóis.

O background da elaboração do livro surge da inquietação sobre o tema exposta nas atividades do Grupo de Pesquisa Espaços Deliberativos e Governança Pública, na parceria com o Grupo de Pesquisa em Administração Pública e Políticas Públicas (GIGAPP), na formação de um Grupo de Trabalho na rede do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) – no triênio 2016-2019 – em inúmeros congressos onde a produção do conhecimento foi indicando o caminho para um debate sobre democracia por pesquisadores ibero-americanos, uma região propícia à reflexão sobre a conjuntura democrática dos países de trajetórias e culturas peculiares.

O traço da democracia como processo em transformação denomina a primeira parte do livro com o título Momentos de Transformação e traz debate sobre as incertezas produzidas por mudanças constantes, aceleradas ao longo dos séculos XX e XXI. A Parte I perpassa as modificações de ideais e valores da representação e a forma como chegam à mensagem "não nos representam" com uma passagem da indiferença à indignação. As alterações na concepção de democracia indicam a emergência da extrema direita caracterizada pela reação aos avanços civis, sociais, políticos, econômicos e civilizatórios via comunicação digital.

A discussão sobre a "Democracia em sociedades digitais" analisa a "inovação política online" que desloca o modelo da democracia conhecido até meados do século XX para um período de crises da representação vigente - embora variável-, com novas formas de participação popular. A análise de uma democracia mutante evidencia a tecnocracia e o populismo como manifestações que desestabilizam a representação política até a visão negativa da classe política como incapaz de proporcionar o que a

sociedade demanda. A experiência de possível declínio temporário ou de decadência permanente torna a democracia estadunidense no século XXI uma referência para a análise visada pelo autor, que prepara o contexto para a compreensão dos últimos acontecimentos vividos naquele país durante as eleições presidenciais e a rejeição do presidente Donald Trump para reconhecer a vitória de seu oponente, assim como a legitimidade do processo eleitoral que culminou em um ataque ao Capitólio – o centro legislativo do Estado americano.

A Parte II, “Transbordando a participação”, reúne reflexões que podem suscitar a pergunta: a participação é essência e razão de ser da democracia? Certamente, a participação social ocorre no território concreto onde a população está, considerando as esferas estadual e federal como âmbitos mais amplos e abstratos.

O trajeto que vai da globalização ao localismo, no capítulo 6 - “Da globalização ao localismo: implicações democráticas” -, aborda os ciclos do capitalismo, passando pela austeridade fiscal como estratégia para contenção das crises econômicas mundiais, chegando aos movimentos populares opositores das políticas de austeridade e a visões que entendem haver um “novo municipalismo”. O “localismo” analisado a partir do caso de Barcelona ilustra a nova centralidade dos governos locais, tendo como base as questões de interesse público como razão de ser da “democracia real”. O caso da cidade de Barcelona revela a proximidade das pessoas nos bairros e distritos como fator potencial para a “participação cidadã”.

Ainda na Parte II, a inovação do conceito de governo aberto ou bom governo implica a participação e a colaboração da sociedade nos fóruns de deliberação pública, a transparência dos atos de governo e a facilidade do acesso às informações e dados públicos. Também são identificadas as principais contribuições envolvidas na adoção de uma perspectiva de inovação social e a necessidade de integrar as práticas de inovação social e de participação, de modo a superar desigualdades sociais e equilibrar poderes. Essa parte percorre diversas formas emergentes de ação coletiva.

Na Parte III, a problematização sobre democracia discute sua multidimensionalidade contraposta à visão linear que acredita em poder exercido pelo povo. Dois aspectos da democracia são analisados, considerando-se a democracia participativa como regime de codecisão do cidadão nos vários momentos de decisão política. O segundo aspecto, da democracia deliberativa recorre ao cidadão apenas para reflexão anterior à tomada de decisão.

Elementos centrais da democracia - a participação e o controle social - são examinados em diferentes modais e na perspectiva de processo evolutivo, frágil – apesar de longo-, constituído de forma indissociável da participação popular, do interesse público e do bem coletivo. A efetividade – ou a concretude - desses elementos constitutivos se esvanece a partir do descontentamento democrático, situação em que a confiança política está em xeque.

A Parte III expõe o caso dos conselhos na Espanha e a participação social dos conselhos de políticas públicas no Brasil. Ainda neste país, a ação pública de mobilidade urbana na Amazônia Paraense lança bases para o debate sobre limites e oportunidades da democracia deliberativa e pergunta se há uma nova democracia para o século XXI. Um Quadro ilustra os critérios para análises processuais de espaços deliberativos utilizando “cinco critérios com objetivos e questões centrais que visam entender a efetividade da participação cidadã no processo decisório para elaboração de política pública, evidentemente dentro do contexto de diálogo com o Estado.” (Autor, p. 134)

A discussão sobre Democracia Direta na Parte IV apresenta resultados de estudos sobre orçamento participativo no Brasil e na Espanha – uma prática que não logrou manter resultados satisfatórios e entrou em declínio, sendo incorporada ao planejamento participativo.

Outra forma de democracia direta, as consultas aos cidadãos ocorridas na Catalunha entre 2014 e 2018 levaram a um aumento das consultas municipais sem que esse aumento possa ser correlacionado a contribuições para que se tenham mais processos deliberativos e de empoderamento dos cidadãos.

A partir do livro, entendemos que algumas características de democracias em declínio nas Américas envolvem o preconceito étnico e racial; a baixa ou nenhuma presença de negros e indígenas em cargos governamentais; a renegação de populações ribeirinhas, quilombolas e de povos tradicionais. E que o declínio traz consigo lideranças populistas que tomam decisões infundadas e impensadas, de forma impulsiva e quando muito pressionadas, voltam atrás. As lideranças populistas não são analíticas, não dão respostas elaboradas, não constroem nada e ainda defendem a liberação do uso de armas como direito civil e proteção do cidadão.

Denominadas como “Epílogo inconcludente”, as reflexões finais admitem o desafio de pensar a democracia e lançam a inquietude sobre quais formas de democracia terão alguma chance de contribuir para se conhecer a democracia em projeto para o Século XXI.

A versão em português desta obra, assim como a versão de língua espanhola publicada pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), se tornarão uma referência para as pessoas dedicadas ao tema e aquelas interessadas nessa reflexão sobre a democracia e suas possibilidades futuras, além de atender também ao público em geral. O livro assinala, reiteradamente, a ideia da construção coletiva como estratégia para o atendimento das expectativas das pessoas, sem diferença de classe, gênero, escolaridade ou nível econômico.

Felicitemos o grupo de pesquisadores por seu esforço e instamos que sigam com o trabalho coletivo que já aportou tão bons resultados nesse tema tão atual e necessário para os tempos que vivemos e que requerem trabalhos cada vez mais necessários, dotados de reflexões sobre o mundo desejado e formas para alcançá-lo.

Também felicitamos as organizações - Grupo de Pesquisa em Administração Pública e Políticas Públicas (GIGAPP) - Grupo de Trabalho na rede do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e a Universidade Federal de Viçosa – que disponibilizaram seus pesquisadores e viabilizaram a concepção do livro. 

### **Silvia Maria Magalhães Costa**

Pesquisadora Colaboradora Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável.  
Universidade Federal de Viçosa (UFV).